



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0181448-0

APELAÇÃO CRIMINAL

130

APELANTE: ISABELLE GAYÃO DE MORAES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

5734

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE MAUS TRATOS, CONSTRANGIMENTO ILEGAL, COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO E ABANDONO MATERIAL. APLICAÇÃO DA LEI 11.340/06. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. IRRECORRIBILIDADE DA DECISÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ACOLHIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há previsão legal de qualquer espécie recursal hábil a desafiar a decisão que, acolhendo parecer ministerial, determina o arquivamento do inquérito policial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0181448-0, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de

AC

[Assinatura]

Justiça, por unanimidade de votos, em acolher a preliminar deixando de conhecer do presente recurso de apelação, mantendo-se a sentença em todos os seus termos, conforme o voto do Des. Relator.



Recife, 1º de junho de 2010, 131



Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

132

PROCESSO: Nº 0181448-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ISABELLE GAYÃO DE MORAES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

ISABELLE GAYÃO DE MORAES interpôs o presente recurso de apelação em face da sentença proferida pela MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Recife, a qual acatando o pedido formulado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco determinou o arquivamento do inquérito policial nº 588/08, no qual imputava a **PEDRO CELSO DE CASTRO PITA** o cometimento de crimes contra a apelante.

Após o seu trâmite regular concluiu o Inquérito Policial que não existiam elementos suficientes acerca da prática de qualquer conduta criminosa e, em consequência, para o indiciamento do investigado. Diante disso, o Ministério Público do Estado de Pernambuco entendendo inexistirem indícios de autoria e materialidade delitiva promoveu o arquivamento das referidas peças de informações, culminando com o acatamento da MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher através do despacho de fl. 101.

Inconformada com a decisão de arquivamento a suposta vítima Isabelle Gayão de Moraes interpôs o recurso de apelação pleiteando a reforma do referido ato.

ao

Em suas razões recursais alega a apelante que o investigado cometeu os crimes previstos nos arts. 136, 146 e 344, todos do Código Penal, no art. 244 do Código Penal c/c a Lei 11.340/06. Afirmar que existem indícios suficiente de que o Sr. Pedro Celso de Castro Pita praticou o crime de maus tratos quando "cortou" abruptamente o pagamento das despesas da vítima, uma vez que havia 13 anos que ele supria as necessidades financeiras da apelante. Alega que o investigado cometeu o crime de constrangimento quando deixou faltar à recorrente energia elétrica, água, alimento e moradia, tendo cometido, ainda o crime de coação ao praticar ameaças contra a apelante a fim de que desistisse de prosseguir com as acusações. Por fim, defende que o acusado praticou o crime de abandono material ao privá-la de suas necessidades básicas.

Em contrarrazões o Ministério Público do Estado de Pernambuco, através da Promotoria de Justiça, pugnou pelo improvimento do apelo sob o fundamento de que a pretensão buscada pela apelante corresponde ao adimplemento de obrigações de cunho patrimonial a qual não cabe ser discutida na esfera criminal, não estando demonstrado nos autos qualquer evidência relativa a qualquer conduta delituosa praticada pelo Sr. Pedro Celso de Castro Pita.

A Procuradoria de Justiça em seu parecer, fls. 157/161, opinou em sede de preliminar pelo não conhecimento do presente recurso, alegando que a decisão ora guerreada é irrecorrível, haja vista que inexiste no Ordenamento Jurídico pátrio qualquer forma de ataque à decisão que acata promoção do *Parquet* determinado o arquivamento do inquérito Policial. No mérito, defende que não resta demonstrado quaisquer dos crimes apontados pela apelante, opinando pelo improvimento do apelo e pela manutenção integral da decisão em questão.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 16 de Set de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



ac 2





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

134



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0181448-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ISABELLE GAYÃO DE MORAES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de recurso de apelação interposto por **ISABELLE GAYÃO DE MORAES** face da decisão da Mm. juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Recife que, acolhendo o Parecer Ministerial, determinou o arquivamento do Inquérito Policial promovido pela apelante com o objetivo de apurar o envolvimento do apelado, **PEDRO CELSO DE CASTRO PITA**, na prática de condutas delituosas.

A apelante em suas razões recursais defendeu que existem provas suficientes de que o apelado cometeu os crimes previstos nos arts. 136, 146 de 344, todos do Código Penal, no art. 244 do Código Penal c/c a Lei 11.340/06, não existindo razões para se manter a decisão de arquivamento, uma vez que o Ministério Público possui elementos suficientes para a propositura da ação penal.

O Ministério Público em suas contrarrazões recursais busca o improvimento do presente recurso, defendendo que não há indícios da prática de conduta delituosa, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão de arquivamento.

ac página 01

A Procuradoria de Justiça, em sede de preliminar, requer o não conhecimento do presente recurso, haja vista que contra a decisão ora guerreada não há previsão em nosso Ordenamento Jurídico de qualquer instrumento recursal. No mérito, defende que não há sequer indícios de conduta delituosa por parte do investigado, alegando que a pretensão da recorrente se restringe à reparação patrimonial a qual não há como ser apreciada na esfera criminal.

135

Primeiramente, passo à análise da questão preliminar de não conhecimento do presente recurso.

PRELIMINAR

O Ministério Público, através da Procuradoria de Justiça, opinou em sede de preliminar no sentido de não se conhecer do presente recurso, haja vista que não há instrumento processual hábil a desafiar a decisão ora guerreada.

Realmente, com razão está o *Parquet*, uma vez que a decisão que acolhe a promoção de arquivamento do Ministério Público é irrecorrível. Vejamos o entendimento assumido pelo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.DECISÃO QUE DETERMINA ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL COM BASE NO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IRRECORRIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. I - Esta Corte tem entendido que não é recorrível a decisão judicial que, acolhendo o parecer do Ministério Público, determina o arquivamento de inquérito policial. II - Não se conhece de recurso especial quando a decisão recorrida está de acordo com o entendimento fixado nesta Corte (Súmula 83/STJ). Agravo desprovido. (STJ. Quinta Turma. AgRg no Ag 884686 / RJ. Rel. Min. Félix Fischer. DJ 16/06/2008).

Segundo a previsão do art. 129, I, da Constituição Federal, cabe exclusivamente ao Ministério Público a titularidade da ação penal, não sendo certo

se admitir possível interesse subjetivo de pessoa supostamente vítima do delito quanto à obrigatoriedade da ação. No caso, uma vez solicitado pelo *Parquet* e determinado pelo juiz o arquivamento dos autos do inquérito, por entender pela inexistência de indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, não há instrumento que permita a modificação dessa decisão e a consequente obrigatoriedade de o Ministério Público propor a ação penal quando esteja convencido de que não se trata de conduta criminosa.

136

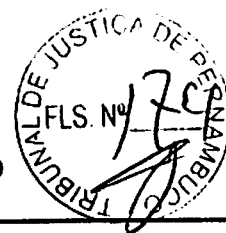
Foi exatamente o que aconteceu no caso apresentado nos autos, em que a autoridade policial concluiu a fase investigativa sem indiciar o investigado, remetendo, em sequência, os autos para o Ministério Público, o qual entendendo não existirem sequer indícios de autoria e materialidade delitiva requereu o arquivamento do inquérito policial, o que foi de pronto atendido pela autoridade judiciária.

Ressalte-se que, após a decisão de arquivamento, os autos do inquérito policial só poderão ser desarquivados se surgirem novas provas que justifiquem a continuidade das investigações.

Sendo assim, considerando que a decisão que acolhe a promoção de arquivamento dos autos do inquérito policial promovida pelo Ministério Público é ato judicial irrecorrível e que inexistem notícias de novos elementos de provas entendendo que não há como conhecer do presente apelo por absoluta falta de previsão em nosso Ordenamento Jurídico.

Diante do exposto, meu voto é pelo **acolhimento da preliminar de não conhecimento** do presente recurso de apelação, por evidente ausência de previsão legal.

É COMO VOTO.



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0181448-0

137

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ISABELLE GAYÃO DE MORAES

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): ÉRICA LOPES CEZAR DE ALMEIDA

V O T O

Cuida-se de apelação criminal aforada por ISABELLE GAYÃO MORAES em face da decisão da Exma. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Recife que, amparado pelo parecer ministerial, determinou o arquivamento do inquérito policial instaurado para a apuração de supostos atos criminosos praticados por Pedro Celso de Castos.

Nas razões recusais a apelante sustenta a existência de provas suficientes para dar início a *persecutio criminis* em desfavor do cidadão supramencionado, sendo mister a rescisão da decisão de arquivamento para que o feito criminal seja iniciado.

Nas contra razões, o *Parquet* defende a manutenção da decisão impugnada sob a alegação de que não há indícios de prática de crime.

A douta Procuradoria de Justiça, em sede de preliminar, alega que o presente recurso não deve ser recebido ante a ausência de previsão legal. No mérito, defende o não provimento do apelo.

138



DA PRELIMINAR

A Exma. Magistrada de Primeiro Grau, na decisão de fl. 131, determinou a remessa do feito para que esta Corte de Justiça realizasse o juízo de admissibilidade recursal, muito embora tenha afirmado que "inexiste recurso no ordenamento jurídico pátrio contra o despacho que determina o arquivamento do feito, atendendo a pedido do titular da ação penal".

Com a devida venia, não vejo motivos para que o Juízo a quo tenha se negado a proferir seu veredicto acerca da admissão da insurgência. Até porque, a doutrina e a jurisprudência pátria já é pacífica quanto a irrecurribilidade da decisão ora impugnada.

Contra a decisão que defere a promoção de arquivamento feita pelo Promotor não cabe recurso, salvo nas hipóteses em que se admite o recurso em sentido estrito, ou seja, quando o inquérito arquivado versa sobre contravenção penal prevista nos artigos 58 e 60 do Dec.-Lei nº 6259/44, ou sobre a contravenção do jogo do bicho (art. 6º, § único, Lei 1508/51). Além dos casos em que se admite recurso de ofício, quando o inquérito trata de crime contra a economia popular (Lei 1521/51) ou contra a saúde pública. Não é o caso dos autos.

Sobre o tema, colaciono os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

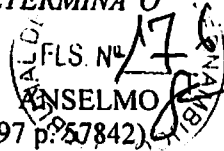
**"PROCESSUAL E PENAL. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA - INQUERITO POLICIAL - INSTAURAÇÃO A REQUERIMENTO DO RECORRENTE - ARQUIVAMENTO POR SUGESTÃO DO MINISTERIO PUBLICO - CORREIÇÃO PARCIAL - TRAMITAÇÃO INDEFERIDA PELO JUIZ - MANDADO DE SEGURANÇA - DENEGACÃO DA ORDEM - RECURSO ORDINARIO - INEXISTENCIA DE DIREITO LIQUIDO E CERTO.
1. ARQUIVAMENTO DO INQUERITO DETERMINADO EM FACE DE PARECER MINISTERIAL, QUE ENTENDEU INEXISTIREM SUFICIENTES INDICIOS DA PRATICA DE CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.**

2. **NÃO HA RECURSO CABIVEL CONTRA A DECISÃO QUE DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO INQUERITO.**

3. **PRECEDENTES DO TRIBUNAL.**

4. **RECURSO IMPROVIDO.** (RMS 6.435/SP, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 16/09/1997, DJ 10/11/1997 p. 57842).

139




"AÇÃO PENAL DE COMPETENCIA ORIGINARIA DE TRIBUNAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FORMULADO PELO MINISTERIO PUBLICO E DEFERIDO PELO RELATOR (ART. 3., I, LEI 8.038/1990).

DECISÃO DEFINITIVA DA QUAL NÃO CABE RECURSO ALGUM, NEM MESMO AGRAVO REGIMENTAL.

O RECURSO SUPÕE LEGITIMIDADE E INTERESSE. TRATANDO-SE DE AÇÃO PENAL PUBLICA, NA QUAL FIGURA COMO VITIMA ENTIDADE DE DIREITO PUBLICO, A DECISÃO QUE ACATA PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FORMULADO PELO MINISTERIO PUBLICO NÃO ADMITE RECURSO DE TERCEIROS, SEJA PORQUE SE TRATA DECISÃO TERMINATIVA QUE NÃO ENSEJA RECURSO ALGUM, SEJA PORQUE FALTA LEGITIMO INTERESSE PARA RECORRER A QUEM NÃO E PARTE OU ASSISTENTE, NO PROCESSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO, POR INCABIVEL. (AgRg na Rp. 59/PR, Rel. Ministro JOSE DE JESUS FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro ASSIS TOLEDO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/1995, DJ 16/09/1996 p. 33651)

Isto posto, restando evidente que a hipótese não comporta o uso da apelação criminal, em sede de preliminar, anuindo com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pelo não conhecimento da presente insurgência.**

É COMO VOTO.


Des. Gustavo Lima
Revisor